

# **CÂMARA MUNICIPAL**

DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 07/2019**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05 DE ABRIL DE 2019**

(Contém 24 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

**FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:**

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA



**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 07/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05 DE ABRIL DE 2019**

Aos cinco dias do mês de abril do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceu à reunião a Senhora Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 22 de março de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:**

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta da Senhora Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

**ANTES DA ORDEM DO DIA:****PROPOSTA - ALTERAÇÃO DE DATAS DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente propôs alterar as datas das reuniões Camarárias agendadas para os dias 3 e 31 de maio de 2019, passando a Câmara Municipal a reunir ordinariamente, nos dias 7 de maio e 4 de junho de 2019, pelas 09:00 horas, nas instalações da Câmara Municipal.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a alteração das datas das reuniões da Câmara Municipal, para os dias 7 de maio e 4 de junho de 2019, pelas 09:00 horas;

2.º Dar a necessária publicidade à presente deliberação por afixação de editais em lugares de estilo.

**MINUTO DE SILÊNCIO PELAS VÍTIMAS DE MOÇAMBIQUE:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado propôs um minuto de silêncio pelas vítimas de Moçambique, face à tragédia que ocorreu recentemente naquele país, pelo "ciclone Idai", que vitimou muita gente e trouxe grandes dificuldades a muitas famílias daquele país. Expressou, ainda, que durante muitos anos Moçambique foi uma colónia do Estado Português e mantém laços com Portugal.

A Câmara respeitou um minuto de silêncio, conforme proposto.

A Senhora Presidente referiu que se associam a este momento triste que Moçambique está a viver e fica registado essa posição.

**FELICITAÇÃO:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado felicitou a Senhora Presidente pelos quatro anos de governação que ocorreu, no passado dia 1 de abril, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lagoa - Açores. Felicitou-a, também, pelo facto daquilo que tem conhecimento,



enquanto cidadão e frequentador destes Paços do Concelho, da simpatia e amizade que a Senhora Presidente goza, quer pelos trabalhadores da Câmara Municipal, quer pela população. Reconhece tal facto e o mesmo ficou expresso nos resultados eleitorais que foram os melhores de sempre. Acrescentou, que é a figura de Presidente que desde sempre colheu mais simpatia. Todos os outros Presidentes gozavam de simpatia, mas tinham sempre um “mas”. Em sua opinião, a Senhora Presidente tem tido a habilidade de ter menos “mas” do que os outros Presidentes.

A Senhora Presidente referiu que agradece e regista as palavras do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que quatro anos é a duração de um mandato e estes quatro anos não se fizeram notar, o Concelho de Lagoa não mudou nada pela iniciativa da Senhora Presidente. Defendeu que é preciso implementar mais atividade. Expôs que as tais simpatias e as faltas de “mas” tem um lado bom, mas têm também um menos bom, pois não se deixa uma marca pessoal. A passagem da Senhora Presidente por este Órgão Executivo, até à data, está sendo marcada por mensagens para o futuro. Tem aparecido alguns investimentos no Concelho, com sorte para a Senhora Presidente, que os tem capitalizado para a sua imagem, mas, em seu entender, esses investimentos aconteceram, porque tiveram de acontecer e não por influência da Senhora Presidente. Desafiou que a Senhora Presidente tem mais algum tempo na Presidência desta Câmara Municipal e tem de deixar a sua marca, porque a falta da sua marca está evidenciada nos gráficos apresentados na execução da despesa de capital. Poderá ser o seu registo e a forma de assumir a Presidência deste Órgão Executivo, mas comparada com outros Executivos é notória a diferença, pois não houve quatro anos de governação Camarária tão apática.

A Senhora Presidente referiu que regista igualmente as palavras do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, com a humildade de reconhecer que nem tudo o que faz será reconhecido por todos os cidadãos de igual modo. O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado invocou a sorte, mas a sorte conquista-se com trabalho e foi com muito trabalho que aqueles investimentos vieram para o Concelho de Lagoa.

A Senhora Presidente relatou que as marcas dos Presidentes da Câmara Municipal no passado, foram obras materiais, pois tudo era feito em função da obra e do betão. Não se pode dizer que também não o fez, mas os tempos são diferentes. Aliás, o atual Quadro Comunitário de Apoio reforça as medidas de natureza imaterial. A parte material vai sendo conquistada face à capacidade que o Executivo terá de junto dos seus potenciais investidores garantir que têm a postura certa e o envolvimento necessário para que os investimentos se concretizem no Concelho e isso reconhece que têm feito e bem. A prova está nas inúmeras referências públicas sobre o salto que a Lagoa sofreu e são contrárias à afirmação do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado. Defendeu que a Lagoa se tem destacado por ser um Concelho que



tem conseguido mais do que outros Concelhos. Existem outros projetos que podia anunciar, mas estão a ser trabalhados e serão anunciados na devida altura. São projetos que vão mudar o Concelho de Lagoa, nos próximos dez anos. Não irá anunciar, face ao compromisso que tem com os investidores de trabalharem os assuntos com confidencialidade até ao momento de serem concretizados. Disse, ainda, que vive de consciência tranquila, sabe que nem todos apreciam o seu trabalho, mas acredita que a maioria aprecia.

Mais referiu a Senhora Presidente que no futuro, o Quadro Comunitário de Apoio voltará a colocar de parte as medidas materiais, deixando de fora tudo o que era habitual os Municípios recorrerem. Disse que ainda bem que quem esteve à frente da Câmara Municipal, no passado, fez todos aqueles investimentos, porque hoje não seriam feitos certamente. Em sua opinião, julga que vai deixar uma marca bem grande na Lagoa, mas as pessoas irão julgar no momento certo.

O Senhor Vereador Nelson Santos reforçou as palavras da Senhora Presidente, dizendo que não estão só a capitalizar determinados investimentos e que a sorte se conquista com muito trabalho. Os membros deste Órgão Executivos que estão todos os dias nesta Câmara Municipal sabem o trabalho que dá a concretização destes investimentos e o tempo que lhes ocupa. Esse trabalho é reconhecido por quem lhes procura e é dito publicamente que a Câmara Municipal é um ótimo parceiro.

A Senhora Presidente disse que não é só o seu trabalho, mas da sua equipa, dos que já estiveram e os que agora estão, que rapidamente se aperceberam que o mundo autárquico é muito diferente daquilo que é a opinião da generalidade das pessoas, que pensam que é uma vida fácil, mas, pelo contrário, é muito exigente. Parte dessas conquistas deve-se à dedicação em absoluto e ao trabalho que a sua equipa presta.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que quando disse que a Senhora Presidente tem tido sorte, porque os investimentos têm aparecido, estava a estabelecer uma comparação com os Concelhos vizinhos.

A Senhora Presidente referiu que não se pode comparar com os Concelhos de Ponta Delgada e de Vila Franca do Campo, pois é incomparável, o Concelho de Lagoa tem-se posicionado muito à frente e relativamente ao Concelho da Ribeira Grande tem uma opinião muito própria. Disse que se quiser fazer notícias todos os dias de projetos de investimentos para o Concelho de Lagoa que o faz, com base nos pedidos de informação prévia, para construção de determinados investimentos. Como já disse, só o tornam público quando há efetivamente a certeza da sua concretização. Isso tem sido um sinal de garantia para os investidores, que quando falam com os membros da Câmara Municipal, falam com grau de confiança e de sigilo e isso é muito importante. Tem sido esta a sua forma de atuação.

A Senhora Presidente agradeceu à Oposição pela ajuda em melhorar o seu trabalho. Em várias reuniões desta Câmara Municipal já foram corrigidos e reformulados documentos,



com base nas propostas apresentadas pela Oposição, às quais entenderam que faziam sentido, pelo que também reconhece o trabalho prestado pela Oposição.

A Câmara tomou conhecimento.

### **TECNOPARQUE:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou informação sobre o assunto abordado nas últimas reuniões da Câmara Municipal, relativo à venda de lotes no Tecnoparque e o resultado da reunião que o Senhor Vice-Presidente teve com o Administrador da Empresa Portas da Lagoa.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente informou que reuniu com o Administrador da Empresa Portas da Lagoa, S.A. e abordou dois assuntos, o primeiro, no seguimento daquilo que tinha ficado transmitido em reunião da Câmara Municipal, relacionou-se com a obrigatoriedade da prévia consulta, por parte das Portas da Lagoa, S.A., sobre a posição e entendimento da Câmara Municipal de Lagoa, nos assuntos que ao Tecnoparque digam respeito e cujos direitos estejam consagrados no contrato de arrendamento celebrado entre as partes. O segundo assunto, prende-se com a possibilidade de autorização para venda de alguns lotes multifamiliares.

O primeiro assunto ficou esclarecido, tendo a Portas da Lagoa reconhecido o erro e lapso pela não consulta prévia à Câmara Municipal de Lagoa. Relativamente ao segundo assunto e, de acordo com a intenção manifestada por todos os membros deste Órgão Executivo, na possibilidade de a empresa Portas da Lagoa poder alienar alguns lotes multifamiliares no Tecnoparque e dessa forma desonerar as, respetivas, rendas que a Câmara Municipal está a pagar, identificaram-se, numa primeira fase, um conjunto de oito lotes para possível promoção de venda. Mais informou, o Senhor Vice-Presidente que a Empresa Portas da Lagoa, S.A. tem um financiamento bancário, como tal existem questões a avaliar com a Entidade Bancária contratada e que deverão ficar bem esclarecidas. A ser possível a venda dos lotes, segundo a informação obtida junto da Empresa Portas da Lagoa, S.A., a promoção será por um valor aproximado de 200.000,00 € por cada lote destinado à habitação multifamiliar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou quais os lotes que foram identificados.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que foram os oito lotes a norte do Edifício do Nonagon e que ficam na parte central nascente.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, como mencionou na última reunião, é importante perceber qual o valor de avaliação de cada um daqueles lotes.



O Senhor Vice-Presidente referiu que não foi abordado com as Portas da Lagoa a situação da indemnização.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que é importante que se crie essa possibilidade, porque 200.000,00 € é um valor elevado e há um risco associado.

Mais informou o Senhor Vice-Presidente que o valor patrimonial de cada lote é aproximadamente de 150.000,00 €.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que o objetivo da venda de alguns lotes multifamiliares no Tecnoparque, para além de desonerar as rendas que a Câmara Municipal está a pagar, é criar mais habitação e trazer mais pessoas para o Concelho de Lagoa e dar vida àquele espaço. Na fase do negócio deverá ser analisado o custo/benefício.

A Senhora Presidente referiu que a Câmara Municipal continua a acompanhar esta situação.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **TROÇO DE ESTRADA NA BAIXA D'AREIA:**

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou qual o ponto de situação da derrocada no talude da praia pequena da Baixa d'Areia, em Água de Pau.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos, que tem acompanhado a situação com a Direção Regional dos Assuntos do Mar e com o Laboratório Regional de Engenharia Civil.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que a situação está estável, não houve mais derrocadas e continuam a monitorizar a situação. A Câmara Municipal vai pedir autorização à Direção Regional dos Assuntos do Mar para recuar o muro para junto das árvores. A faixa de saída deixa de existir, dada a instabilidade do espaço na zona das derrocadas, mas trata-se de uma norma de segurança. A entrada e saída passa a ser feita numa única via.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que os trabalhos têm de ser feitos com alguma celeridade, dada a aproximação do evento Caloura Blues, que se realizam na Baixa d'Areia.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que o Gabinete Técnico da Câmara Municipal está a preparar o projeto e os perfis do muro, para pedir autorização à Direção Regional dos Assuntos do Mar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que esteve a ver o sítio em causa e, em seu entender, não lhe parece que existirão mais derrocadas naquele local.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que, na sequência da derrocada no talude da praia pequena da Baixa d'Areia e após vistoria ao local o Laboratório Regional de



Engenharia Civil, recomendou, preventivamente, proceder ao encerramento da faixa de circulação mais próxima do talude, mas após um estudo mais profundo, recomendam o abandono da circulação naquela faixa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, em sua opinião, não aceita que seja a carga de viaturas ligeiras que circulam naquela faixa que seja o grande problema, o mar a bater todos os dias na rocha é um elemento mais demolidor. No entanto, aceita que esta medida terá de ser tomada e acrescentou que, no seu entender, a operação urbanística que terá de ser feita deverá permitir uma valorização do espaço a encerrar, com enrelvamento ou outra solução similar.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que irão proceder de acordo com as recomendações e estudar uma solução para requalificar aquela zona.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **ORDEM DO DIA:**

#### **PRESIDÊNCIA:**

#### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Câmara Municipal de Lagoa reformulou rotunda no Dia Mundial da Árvore;
- Câmara da Lagoa assinalou Dia Mundial da Água;
- Lagoa vai ter Oficinas Digitais;
- Cristina Calisto recebeu novo Comandante da Polícia de Segurança Pública na Lagoa;
- Sul Villas & Spa Resort prevê abertura em junho na Lagoa;
- Escola Secundária de Lagoa acolheu sessões de Educação Política;
- Câmara de Lagoa aderiu à "Hora do Planeta";
- VII Maratona de BTT Monbike decorreu dia 31 de março na Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EDUCAÇÃO E CULTURA:**





**PONTO N.º 2 – PROPOSTA – 23.ª EDIÇÃO DO CONCURSO DE MAIOS 2019:**

Foi presente a proposta referente à 23.ª Edição do Concurso de Maios 2019, acompanhada do respetivo regulamento que abaixo se transcreve:

"A execução de Maios é uma incontestável expressão da cultura popular e ocupa um lugar de relevo na memória coletiva do nosso povo. Os Maios são representações humanas, em tamanho natural, que demonstram atitudes humanas normais, representando cenas do quotidiano. São realizados pela população e expostos no feriado de 1 de maio, nas ruas, varandas, estradas e largos. Neste sentido, é uma tradição muito valorizada, principalmente no concelho de Lagoa. Junto de cada boneco ou sobre o próprio, está, na maioria das vezes, colocada a sua fala ou dizer, por vezes em forma de verso. Os bonecos, as cenas, os dizeres e as narrativas, quase sempre bem revestidas de humor têm, algumas vezes, um sentido crítico, outras vezes satírico (referente, normalmente, à situação político-social que se vive no País), mas a maioria das vezes são apenas uma celebração saudável do quotidiano.

Neste sentido, e considerando que, a Autarquia já promove este concurso que permite a valorização desta tradição, há vinte e dois anos consecutivos;

Considerando que, esta é uma manifestação cultural que importa valorizar, já que, por um lado, reforça a identidade e tradição cultural lagoense e, por outro lado, potencia a criatividade;

Considerando que, com a realização desta iniciativa procura-se manter viva entre a população lagoense esta tradição, para que não venha a ser apenas uma recordação dos mais antigos e, assim, perpassar às novas gerações. Pretende-se, similarmente, com ela, estimular a criatividade dos participantes mais jovens, fornecendo-lhes aspetos da memória coletiva dos lagoenses;

Considerando que, as câmaras municipais têm um papel importante na defesa dos interesses culturais locais e que podem organizar atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, educativa, desportiva e recreativa;

Venho, propor, a realização da 23.ª Edição do Concurso de Maios do concelho de Lagoa, através do qual se atribuirá três prémios, a distribuir pelos três melhores classificados do concurso, no montante global de 225,00 € (duzentos e vinte e cinco euros), nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro."

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que entende a ideia do "Concurso de Maios" engraçada, faz parte das nossas tradições e seria mais encorajada se os prémios fossem maiores, mais apelativos, pois seria uma forma de incentivar as pessoas a participar. Quanto ao regulamento não gostou, porque o concurso vai ser divulgado pelos órgãos de Comunicação Social e entende que é muito vago. A forma das pessoas interessadas se inscreverem é complicada e exemplificou: a sua madrinha tem 89 anos, paga anualmente 500,00 € de IMI, é uma cidadã em pleno gozo dos seus direitos, mas se quiser participar não



tem acesso aos jornais, nem acesso às novas tecnologias. Em sua opinião, a divulgação podia ser feita de outra forma mais clara. Sobre o júri do concurso, defendeu que todos os Presidentes das Juntas de Freguesia deveriam estar envolvidos, pois seria também uma forma de os chamar para a divulgação do “Concurso de Maios”. Concluiu dizendo que gostou da ideia da realização do concurso que deverá ser reforçada, mas não gostou do regulamento porque limita-o nalguns aspetos.

A Senhora Presidente informou que a Senhora Vereadora Albertina Oliveira não está presente nesta reunião, mas terá conhecimento desta intervenção. Expôs que quando o Senhor Vereador Roberto Oliveira começou a sua abordagem, sobre o valor dos prémios, concordou que deveriam ser revistos, mas como apresentou mais alterações, fica o compromisso deste assunto ser revisto, no próximo ano, ficando registadas as observações apresentadas pelo Senhor Vereador Roberto Oliveira.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira disse que este concurso tem de ser apelativo, para haver a participação de toda a população e não ser mais um evento que passe despercebido.

A Senhora Presidente referiu que a Câmara Municipal já faz este concurso há muitos anos, as pessoas já têm conhecimento e quem quer participar vai à Junta de Freguesia da sua localidade e faz a sua inscrição, não é esse o motivo pelo qual as pessoas não participam, mas será algo a reforçar no futuro.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a Senhora Presidente não se sente com autonomia suficiente para mudar pelo menos o valor dos prémios.

A Senhora Presidente disse que como tem outras alterações também pertinentes de serem efetuadas, o que quase exige uma reformulação integral do regulamento, entendeu que valerá a pena alterar o regulamento na sua génese.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que no primeiro ano deste mandato, quando falaram sobre a atribuição dos prémios aos melhores alunos das escolas, também houve a promessa de que no ano seguinte se ia atender àquilo que a Oposição propôs, mas no ano a seguir não se fez, com a justificação que o Governo Regional vai tomar uma iniciativa. Relatou que o discurso da Senhora Presidente quase convence, mas um ano depois não se confirmou.

A Senhora Presidente respondeu que é caso para dizer “ver para crer”, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondido que se a Senhora Presidente materializasse essas suas intenções agora, já mostrava uma atenção.

A Senhora Presidente referiu que, como já disse, considera válida uma série de sugestões que foram apresentadas. Se o Senhor Vereador Roberto Oliveira tivesse falado só na situação dos valores dos prémios, submetia-se a votação, mas atendendo ao conjunto de alterações, entende que faz todo o sentido fazer tudo para o próximo ano. Acrescentou, que fica o desafio e o compromisso deste assunto ser revisto, no próximo ano, e não irá falhar.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que fique registado em ata que se não for cumprido o comprometido deverá a Senhora Presidente demitir-se por uma vez mais não ter cumprido o prometido, tendo a Senhora Presidente respondido que não tem informação de não ter cumprido com as suas promessas, mas que aceita o desafio.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado propôs, com base na troca de impressões sobre este assunto, que se passasse a 5 prémios, sendo que mais pessoas seriam premiadas, sem duplicar o valor total da despesa e essa seria uma solução intermédia até que fosse apresentado um novo regulamento. O valor dos prémios seria: 1.º Prémio – 150,00 €; 2.º Prémio – 100,00 €; 3.º Prémio – 75,00 €; 4.º Prémio – 50,00 € e 5.º Prémio – 25,00 €.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

- 1.º Aprovar a proposta e o Regulamento da 23.ª Edição do “Concurso de Maios” 2019;
- 2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade.

#### **UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**

#### **PONTO N.º 3 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE LAGOA – AÇORES:**

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 28 de dezembro de 2018, foi presente a informação dando conhecimento que terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, sobre o Projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Lagoa – Açores, que foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 29, de 11 de fevereiro de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que reitera o que já disse na reunião Camarária de 28 de dezembro de 2019, que não concorda que a taxa referida nos pontos 6 e 11 do Anexo I - Tabela de Taxas, para alojamento diário, no valor de 5,90 €, seja igual para cães e gatos e animais de espécies pecuárias. Em sua opinião, aquela taxa está desproporcional e deveria ter sido revista, porque os custos são diferentes, desde a alimentação à manutenção dos espaços.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro dos membros do Partido Socialista e um do Senhor Vereador Roberto Oliveira e uma



abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, submeter o referido projeto, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

**PONTO N.º 4 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO NELAG - CAMPANHA LOVE YOUR MARKET:**

Foi presente a proposta referente à campanha *Love Your Market* que abaixo se transcreve:

“Considerando que, de acordo com o disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal pode conceder subsídios a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando que, no ano transato, o Gabinete de Desenvolvimento Económico deste Município promoveu a Campanha *Love Your Market*, que almejou grande impacto, sucesso e adesão junto dos comerciantes lagoenses e, considerando que, tendo a Lagoa um Núcleo de Empresários – NELAG, cuja missão é promover e dinamizar o setor empresarial do concelho, entendo que, cabe ao NELAG ser o promotor desta iniciativa, que, este ano, se realizará de 15 a 31 de maio, com a colaboração desta Câmara Municipal;

Face ao exposto, proponho à Câmara Municipal de Lagoa a atribuição de um apoio monetário, no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros), ao NELAG, para fazer face às despesas com a organização e ações promocionais deste evento de relevo para o setor empresarial deste concelho.”

A Senhora Presidente informou que esta iniciativa se realizou pela primeira vez o ano passado, pelo Gabinete de Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal, e este ano ficará a cargo do NELAG. Realizar-se-á no mesmo modelo do ano passado, com a colaboração da Câmara Municipal e para o efeito propõe a atribuição de um apoio monetário, no valor de 5.000,00 €.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se esta campanha o ano passado teve a mesma designação, tendo a Senhora Presidente respondido que sim. Mais informou que foi a primeira iniciativa do Gabinete de Desenvolvimento Económico, após a sua abertura, e houve grande adesão por parte das Empresas.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se o NELAG baseia mais a sua atuação na cidade de Lagoa e se tem sócios de Água de Pau, tendo a Senhora Presidente respondido que também tem sócios de Água de Pau.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se o NELAG apresentou uma grelha de custos, com o que pretendem realizar, de forma a poderem avaliar se o valor proposto de 5.000,00 € é ou não adequado à realização da campanha.



A Senhora Presidente informou que este valor corresponde ao valor suportado pela Câmara Municipal na realização da campanha do ano passado. Informou, ainda, que a trabalhadora do Gabinete de Desenvolvimento Económico está a prestar apoio no NELAG, para garantir que a campanha se realize no mesmo modelo e os aspetos que correram menos bem sejam melhorados.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou o que engloba este valor, tendo a Senhora Presidente respondido que são os custos com a aquisição dos prémios e com a divulgação da campanha.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que vota contra, porque não foi apresentada nenhuma grelha que mostre a estrutura de custos, para a realização desta campanha e por entender que o apoio no valor de 5.000,00 € é demasiado para esta campanha.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, um voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira:

1.º Aprovar a atribuição do apoio financeiro, no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros), ao NELAG - Núcleo de Empresários de Lagoa;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e ao NELAG - Núcleo de Empresários de Lagoa.

#### **PONTO N.º 5 – PROPOSTA – DESIGNAÇÃO DE MEMBRO NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA AMRAA:**

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de designação de membro na Assembleia Intermunicipal da AMRAA, cujo teor abaixo se transcreve:

“De acordo com o número 1 do artigo 18.º dos Estatutos da AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores “A Assembleia Intermunicipal é o Órgão Deliberativo da Associação e é composta por dois membros dos Municípios associados, sendo um deles obrigatoriamente o seu Presidente, e um Vereador designado pelo respetivo executivo”.

Propõe-se à Câmara Municipal a designação do Vereador deste Órgão Executivo – Nelson António Rosa dos Santos, em substituição do Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, para fazer parte da composição da Assembleia Intermunicipal da AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.”

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se é incompatível o Senhor Vice-Presidente continuar a fazer parte da composição da Assembleia Intermunicipal da AMRAA.



A Senhora Presidente respondeu que não é incompatível e a substituição do Senhor Vice-Presidente teve a ver com a sua falta de disponibilidade para conciliar a sua permanência na Assembleia Intermunicipal da AMRAA e a sua agenda profissional.

O Senhor Vice-Presidente informou que solicitou a sua substituição à Senhora Presidente, porque para além da presença nas reuniões, tem que haver também um acompanhamento permanente dos assuntos da AMRAA e neste momento não tem disponibilidade suficiente para o fazer. Disse, ainda, que entende que há outras pessoas aptas para fazer esse acompanhamento e de forma eficaz, salvaguardando o interesse do Município.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se por algum instante a Senhora Presidente pensou em designar um Vereador da Oposição.

A Senhora Presidente respondeu que não. Justificou que ao propor a designação do Senhor Vereador Nelson Santos foi no âmbito do trabalho que ele acompanha na Câmara Municipal relacionado com a área de Fundos Comunitários.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Designar o Senhor Vereador Nelson António Rosa dos Santos, para fazer parte da composição da Assembleia Intermunicipal da AMRAA - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à AMRAA - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

#### **PONTO N.º 6 – PROPOSTA – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NA “ASSOCIAÇÃO LIMPEZA URBANA – PARCERIA PARA CIDADES + INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS”:**

Pela Senhora Presidente foi apresentada a proposta sobre o assunto acima referenciado, propondo que a Câmara Municipal delibere nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor que a Assembleia Municipal autorize, conforme previsto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei, a participação do Município de Lagoa, representado pela Câmara Municipal de Lagoa, na Associação sem fins lucrativos: “Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis” (ALU).

Conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º da Proposta de Regulamento Interno da referida Associação, o Município de Lagoa, como Associado Fundador, subscreve uma participação inicial, no valor de 2.000,00 € (dois mil euros).

A Senhora Presidente propôs indicar o Vereador Nelson António Rosa dos Santos, como representante do Município de Lagoa, na Comissão Instaladora da “Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis” (ALU).



O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou quais são os objetivos, na prática, da participação do Município, nesta Associação de Limpeza Urbana.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que foi um desafio lançado, o ano passado, pela Câmara Municipal de Cascais, no âmbito das Cidades Educadoras. A Câmara Municipal de Lagoa foi convidada para fazer parte da Comissão Instaladora desta Associação de Limpeza Urbana. É uma área de serviço muito importante para uma Câmara Municipal e que representa um custo significativo com os seus serviços. O Senhor Vereador Nelson Santos explicou a proposta apresentada, bem como a proposta de Estatutos e a proposta de Regulamento da Associação de Limpeza Urbana.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que o Concelho de Lagoa podia estar mais limpo e mais ajardinado, porque a Câmara Municipal tem capacidade para mais e chamou a atenção para esta situação. Reportou que há zonas que se destacam, em relação a outras, pelo que alertou que as zonas que estão menos bem, precisam de ter mais algum cuidado. Acrescentou, que a sua intervenção nesta matéria é por entender que por vezes é preciso chamar a atenção dos encarregados das equipas, para haver um acompanhamento permanente e terem alguma sensibilidade nesta área da limpeza urbana.

A Senhora Presidente expôs que concorda com o que o Senhor Vereador Roberto Oliveira disse, no entanto, esta matéria é de difícil conjugação, porque há vários tipos de coordenação na limpeza urbana. As vias Municipais são da responsabilidade da Câmara Municipal, as vias Regionais estão na alçada do Governo Regional, o centro das Freguesias está na competência das Juntas de Freguesia, por delegação de competências e há, ainda, as zonas da responsabilidade das Scuts.

O Senhor Vereador Nelson Santos referiu que ficou satisfeito que o assunto da “Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis” (ALU), tenha despertado esta discussão sobre a limpeza urbana que é uma área sensível e importante para a Câmara Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que vota contra, por entender que o valor de 2.000,00 € que o Município irá suportar como associado é suficiente para pagar, durante um ano, um trabalhador ao abrigo de um Programa Ocupacional, para reforçar o serviço de limpeza urbana. Não acredita que esta Associação seja uma mais-valia para o Concelho de Lagoa e que traga algo de novo, sendo apenas mais uma Associação a trazer encargos para o Município de Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, um voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira:



1.º Submeter a proposta apresentada, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à Assembleia Municipal para que autorize, conforme previsto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei, a participação do Município de Lagoa, representado pela Câmara Municipal de Lagoa, na Associação sem fins lucrativos: “Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis” (ALU);

2.º Indicar o Vereador Nelson António Rosa dos Santos, como representante do Município de Lagoa, na Comissão Instaladora da “Associação Limpeza Urbana – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis” (ALU).

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:**

#### **PONTO N.º 7 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE 2018:**

Foram presentes à Câmara os Documentos de Prestação de Contas de 2018, dos quais consta que a receita arrecadada durante o ano foi de € 10.957.961,07 (dez milhões novecentos e cinquenta e sete mil novecentos e sessenta e um euros e sete cêntimos) e de € 579.357,10 (quinhentos e setenta e nove mil trezentos e cinquenta e sete euros e dez cêntimos) esta referente a Operações de Tesouraria, que com o saldo do ano anterior no montante de € 426.659,03 (quatrocentos e vinte e seis mil seiscentos e cinquenta e nove euros e três cêntimos), incluindo Operações de Tesouraria, perfaz a totalidade de € 11.963.977,20 (onze milhões novecentos e sessenta e três mil novecentos e setenta e sete euros e vinte cêntimos).

A despesa efetuada durante o mesmo período foi no montante de € 10.815.886,64 (dez milhões oitocentos e quinze mil oitocentos e oitenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos) e de Operações de Tesouraria de € 581.835,49 (quinhentos e oitenta e um mil oitocentos e trinta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos), do que resulta um saldo positivo no valor de € 566.255,07 (quinhentos e sessenta e seis mil duzentos e cinquenta e cinco euros e sete cêntimos), também inclui Operações de Tesouraria.

De seguida, foi analisada pela Câmara, os documentos de prestação de contas, encontrando-se integralmente elaborados, conforme dispõe a Resolução do Tribunal de Contas.

A Senhora Presidente destacou os seguintes pontos relativamente aos documentos de Prestação de Contas de 2018: o saldo de execução orçamental foi de 430.029,21 €, o resultado líquido do exercício foi de 270.835,54 €, o prazo médio de pagamentos foi de 5 dias, a taxa de execução de receita foi de 97,80 % e a taxa de execução da despesa foi de 94,10 %. Mais informou que, no fecho de 2018, transitou para 2019 apenas uma fatura, no valor de





113,28 €, proveniente de um débito direto mensal e houve, ainda, a redução da dívida bancária.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que consultando o mapa dos empréstimos obtidos verificou que há alguns empréstimos com valores baixos, aproximadamente de 5.000,00 € cada e questionou se já pensaram em liquidar aqueles empréstimos, tendo a Senhora Presidente respondido que está a terminar o prazo de pagamento daqueles empréstimos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a Senhora Presidente leu o Relatório de Atividades e Gestão apresentado, porque detetou vários erros, quer de escrita, quer na repetição de alguns eventos. Não está um texto coerente e, em sua opinião, está um documento muito “pobre”.

A Senhora Presidente disse que o documento será corrigido e uniformizado.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que vota contra, porque os documentos apresentam a atividade do Município pela imagem do Partido Socialista, na qual não se identifica. Houve um conjunto de situações que apresentou propostas de correção, mas não foram contempladas e citou como exemplo: os rentings, os eventos Inspiral, avenças e ajustes diretos por valores que, no seu entender, estão desproporcionados ao valor do serviço prestado. Em função disso, não está em condições de aprovar, favoravelmente, os documentos de Prestação de Contas de 2018, porque refletem a linha de atuação do Partido Socialista.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que se abstém, porque votar a favor é complicado, há outras diretivas políticas com as quais não concorda. Também não vota contra, porque acredita que foi feito com convicção pessoal e política, porque acreditaram naquilo que estavam a defender. Disse, ainda, que não é fácil consultar tantos documentos, em tão pouco tempo.

A Senhora Presidente disse que conforme acordado o ano passado, os documentos foram disponibilizados, após a Certificação Legal das Contas e o Parecer do Revisor Oficial de Contas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que foi apenas um dia antes da disponibilização da agenda de trabalhos. Referiu, ainda, que cada vez são disponibilizados mais documentos.

Passado o período de análise dos documentos em referência, a Senhora Presidente determinou que se passasse à votação, tendo os documentos de Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2018 sido aprovados, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, um voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira.



A apresentação dos documentos em apreciação acusou na receita de € 11.245.915,85 (onze milhões duzentos e quarenta e cinco mil novecentos e quinze euros e oitenta e cinco cêntimos) e de despesa € 10.815.886,64 (dez milhões oitocentos e quinze mil oitocentos e oitenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos), acusando um saldo de execução orçamental de € 430.029,21 (quatrocentos e trinta mil vinte e nove euros e vinte e um cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se de entradas de fundos o valor de € 579.357,10 (quinhentos e setenta e nove mil trezentos e cinquenta e sete euros e dez cêntimos) e com o saldo de € 138.704,25 (cento e trinta e oito mil setecentos e quatro euros e vinte e cinco cêntimos) perfaz a quantia de € 718.061,35 (setecentos e dezoito mil sessenta e um euros e trinta e cinco cêntimos), de saídas registou-se um montante de € 581.835,49 (quinhentos e oitenta e um mil oitocentos e trinta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos), apresentando um saldo de € 136.225,86 (cento e trinta e seis mil duzentos e vinte e cinco euros e oitenta e seis cêntimos).

Foi também presente o Relatório de Atividades e Gestão do ano findo, que depois de devidamente examinado, foi aprovado, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, um voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira.

Pela Senhora Presidente, na sequência do Relatório de Atividades e Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2018, foi apresentada a seguinte proposta:

“Nos termos do ponto 2.7.3.3., do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, quando existir saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

Reforço do património;

Constituição ou reforço de reservas.

Refere, ainda, o ponto 2.7.3.5 que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, para cumprimento dessa norma legal, a Câmara Municipal de Lagoa, propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de € 270.835,54, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais: € 13.541,78;

Reservas Livres: € 257.293,76.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, um voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira, concordar com a proposta de aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2018.

Mais deliberou, submeter os referidos documentos à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do citado diploma legal e no ponto



2.7.3.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, para posterior remessa ao Tribunal de Contas.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Câmara presentes, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação, dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

**PONTO N.º 8 – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:**

A Senhora Presidente apresentou à Câmara a 1.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2019, que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

**Criação de Receita**

**Receitas Correntes**

0603019901 – Outros – 6.940€

060401 – Região Autónoma dos Açores – 9.000€

08019903 – IVA Reembolsado – 123.042€

08019999 – Diversas – 46.390€

**Receitas de Capital**

10030702 – Fundos Comunitários – 6.145€

10030705 – IFAP (ASDEPR) – 40.214€

100401 – Região Autónoma dos Açores – 6.000€

**Outras Receitas**

150101 – Reposição não abatidas nos Pagamentos – 5.792€

160101 – Na posse do serviço – 430.028€

**Reforços**

**Despesas Correntes**

010301 - Encargos com a Saúde – 49.000€

02021604 - Ação Social – 40.000€

06020399 – Diversas – 366.944€

**Despesas de Capital**

070101 – Obra n.º 2017/II/3 – Aquisição de Terrenos – 5.000€

07010305 - Obra n.º 2018/II/7 – Construção de Alpendre na Escola Octávio Gomes Filipe – 59.316€



07010307 - Obra n.º 2015/I/25 - Manutenção - Edifícios Municipais – 32.291€

070115 - Obra n.º 2016/I/6 - Smart City Lagoa e Modernização Administrativa – 26.160€

110202 - Obra n.º 2016/A/1 - Promoção Turística – Eventos – 100.000€

Anulações

Despesas Correntes

02022099 – Outros Trabalhos Especializados – 5.160€."

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a informação sobre a aplicação das verbas nesta Revisão Orçamental está muito vaga. Solicitou informação sobre o reforço dos Encargos com a Saúde, no valor de 49.000,00 € e a que se destina o reforço em Diversas, no valor de 366.944,00 €.

A Senhora Presidente respondeu que foi necessário reforçar a rubrica Encargos com a Saúde, devido a um lapso dos Recursos Humanos. Relativamente ao reforço em Diversas, informou que a Câmara Municipal aguarda o visto do Tribunal de Contas, do processo de contração de um empréstimo de médio e longo prazo, mas se houver atrasos neste processo, teve que acautelar aquela verba, para fazer face aos compromissos assumidos com a aquisição de alguns terrenos.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira disse que percebeu as explicações da Senhora Presidente, mas aquele montante foi reforçado em Diversas e Diversas é uma rubrica subjetiva.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, submeter à Assembleia Municipal a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, para aprovação, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma legal.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Câmara presentes, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação, dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOUREARIA:**

#### **PONTO N.º 9 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 4 de abril do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 672.336,76 € (seiscentos e setenta e dois mil trezentos e trinta e seis euros e setenta e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.



## **UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**

### **PONTO N.º 10 – PROPOSTA - CONSULTA PÚBLICA DA ALTERAÇÃO DA REVISÃO DO PDM – PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES:**

Foi presente a proposta sobre a consulta pública da alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores, que abaixo se transcreve:

- “- Considerando que a Câmara Municipal deliberou, a 9 de fevereiro de 2018, proceder à Alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores;
- Considerando que a mesma foi publicada de Jornal Oficial, em 14 de junho de 2018, através do Aviso n.º 35/2018;
- Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa submeteu a proposta de Alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores para apreciação à Direção Regional da Organização e Administração Pública, entidade com competência na matéria, em 9 de outubro de 2018;
- Considerando que foi realizada a reunião da conferência de serviços, a 19 de novembro de 2018, com vista à apreciação e aprovação da proposta apresentada, sendo que a primeira alteração à revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa mereceu apreciação favorável por parte das entidades representadas;
- Considerando que, nos termos do artigo 92.º e artigo 179.º do DLR n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, se procedeu ao período de discussão pública, sendo a deliberação publicada em Jornal Oficial através do Aviso n.º 35/2018, de 14 de junho de 2018, não tendo havido participações públicas;
- Considerando que, de acordo com o n.º 6 do artigo 110.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 127.º do RJIGT-A, se consultou a Direção Regional de Organização e Administração Pública, para apreciação final e persecução dos trâmites legalmente previstos, tendo sido o parecer da mesma favorável;

Proponho o envio dos documentos que se anexam à reunião para posterior aprovação da Assembleia Municipal.”

O Senhor Vereador Nelson Santos explicou a proposta apresentada e a tramitação do procedimento da alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores. Referiu que as alterações foram introduzidas no regime do uso do solo urbano e justificam-se pelo facto de algumas áreas específicas do território municipal, localizadas na Canada Nova do Pópulo, Avenida Maria Luiza Machado de Faria e Maia, Caminho da Malaca, Rua Dr. José Pacheco Vieira e Rua das Arrudas, estarem inseridas em áreas de Solo Urbanizável – Espaços Urbanos de Baixa Densidade. Estas áreas encontram-se já em solo urbano, no entanto ainda



estavam integradas na categoria de solo urbanizável, quando pelas suas características, deveriam estar integradas na categoria de solo urbanizado.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores à aprovação da Assembleia Municipal.

**PONTO N.º 11 – PROPOSTA – COMPRA E VENDA DE PARCELA DE TERRENO, DESAFETAÇÃO E AFETAÇÃO PARA O DOMÍNIO PÚBLICO:**

Foi presente a proposta de compra e venda de uma parcela de terreno, acompanhada do contrato promessa de compra e venda, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1, propondo que se delibere proceder à aquisição da referida parcela de terreno nas condições referidas na proposta apresentada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a sua desafetação e afetação ao domínio público municipal.

A Senhora Presidente explicou o assunto apresentado. Informou que o mesmo tem como objetivo a criação de lugares de estacionamento, com vista a aumentar o parque disponível no local, que serve o Merendário dos Remédios e a Casa da Água.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a aquisição da parcela de terreno, com a área de 400 m<sup>2</sup>, sito nos Remédios, freguesia de Santa Cruz, para integração do domínio público municipal para afetação a estacionamento público, pelo valor de 4.000,00 €, sendo o pagamento em espécie;

2.º Submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a desafetação e afetação da parcela de terreno do domínio privado (particular) para o domínio público do Município, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:**

**PONTO N.º 12 – PEDIDO DE CERTIDÃO, CAMINHO DA MALACA – CABOUÇO:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Margarida Maria Lopes Martins da Maia e Costa, casada, residente no Caminho da Malaca n.º 24, freguesia do Cabouco, Concelho de Lagoa – Açores, na qualidade de proprietária do prédio misto, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 442, da freguesia do Cabouco e inscrito na matriz predial sob os artigos 20 Secção G (rústico) e urbanos 735 (que proveio do artigo urbano 2876, da freguesia de Nossa Senhora do Rosário) e 847 (que proveio do artigo



urbano 2875, da freguesia de Nossa Senhora do Rosário), solicitando certidão comprovativa de que o prédio urbano atrás identificado sob o artigo 847 e que faz parte da referida descrição é autónomo e independente anteriormente a 1973, ano em que foi publicado o Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de junho, ou seja, já se encontrava autonomizado, já era autónomo e independente àquela data, antes da publicação do referido Decreto-Lei. A proprietária declara que será constituída servidão da entrada do prédio misto de modo a garantir a acessibilidade para o artigo urbano em questão.

Pelo Gabinete Jurídico foi prestada a informação que se encontra anexa ao processo.

Após análise do pedido, da informação do Gabinete Jurídico e informação n.º 43/2019, de 19 de março de 2019, do Gabinete Técnico que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar o seguinte:

1. A requerente requereu, através do requerimento n.º 90/19, certidão comprovativa que o prédio urbano artigo 847, freguesia do Cabouco (parte integrante do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 442, freguesia do Cabouco), é autónomo e independente antes da publicação do Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de junho, do qual resultou a informação n.º 17/19-informação desfavorável.
2. Apresentou novo pedido, requerimento n.º 159/19, adicionando a informação que seria constituída servidão para garantir acessibilidade ao prédio acima referido, ao que se solicitou parecer ao Gabinete Jurídico da legitimidade desta constituição.
3. Consultado o Gabinete Jurídico, e analisados os documentos apresentados pela requerente, somos de opinião que ao prédio em questão, inscrito na matriz em 20/12/1937, (conforme certidão emitida pelos Serviços de Finanças a 24/01/2019), poderá ser atestado a sua proveniência anterior a 1973, ano em que foi publicado o Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de junho, e que “poderá ser acedido da via pública mediante a constituição de servidão, cabendo ao Conservador valorar este documento para os efeitos em questão” (transcrição do parecer jurídico).”

A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir certidão nos termos do ponto 3 da informação n.º 43/2019, de 19 de março de 2019, do Gabinete Técnico e acima transcrito.

#### **PONTO N.º 13 – PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ:**

Foi presente o requerimento apresentado por Mário Jorge Tavares Martins, com residência na rua Padre Agostinho Inácio Machado n.º 36, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa - Açores, proprietário de um prédio urbano, sito na rua Dr. Filomeno da Câmara n.ºs 11 e 13, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa - Açores, com a área de 327,00 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 1338/19980528 e

inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º 200, solicitando retificação à certidão de destaque emitida por esta Câmara Municipal, em 13 de fevereiro de 2019, nomeadamente no que se refere ao lote de terreno a destacar com a área de 145,00 m², sito na morada acima identificada com o número 11 de polícia, sendo que no mesmo encontra-se edificada uma garagem com 46 m² e anexo com 35 m², sendo a área descoberta de 64 m².

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 52/2019-HM, de 25 de março do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumre-me informar do seguinte:

Não vemos inconveniente na emissão de nova certidão de destaque conforme é requerido.”

Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

### **DEPOIS DA ORDEM DO DIA:**

### **LOTEAMENTO NA FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:**

Conforme solicitado, pelo Senhor Vereador Roberto Oliveira, em anteriores reuniões camarárias, a Senhora Presidente disponibilizou para consulta dos Senhores Vereadores da Oposição, o projeto do Loteamento da Freguesia da Ribeira Chã.


A Câmara tomou conhecimento.

### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**


De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

### **ENCERRAMENTO:**

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:20 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  , Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

  
CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO